



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

REQUERIMENTO Nº de 2017.

Requer a realização de Audiência Pública para discussão a respeito da renúncia de receitas promovida pela Medida Provisória nº 795/2017 e pelo respectivo Projeto de Lei de Conversão n. 36/2017.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58, §2º, V, da CF/88) e regimentais (art. 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requero a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir a respeito da renúncia de receitas promovida pela Medida Provisória nº 795/2017 e pelo respectivo Projeto de Lei de Conversão n. 36/2017.

Para tanto, solicito que sejam convidados, em data a ser oportunamente agendada, os senhores:

- 1) Cesar Costa Alves de Mattos, Consultor Legislativo da Área IX - Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e Economia internacional;
- 2) Francisco José Rocha de Sousa, Consultor Legislativo da Área XII - Recursos Minerais, Hídricos e Energético;
- 3) Paulo César Ribeiro Lima, Consultor Legislativo da Área XII - Recursos Minerais, Hídricos e Energético;
- 4) Odilanei Moraes dos Santos, Doutor em Contabilidade pela FEA/USP e Professor-adjunto no IBMEC/RJ;
- 5) Paula Danyelle Almeida da Silva, Mestre em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ e Gerente Setorial de Normas e Orientações Contábeis na Petrobras;
- 6) Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei de Conversão n. 36/2017, resultante dos trabalhos da Comissão Mista responsável pela apreciação da Medida Provisória n. 795/17, aprovado na Câmara dos Deputados no dia 6 de dezembro, trouxe um pacote generoso de benefícios fiscais para o setor petrolífero, que permite que todo o custo de desenvolvimento e de produção seja deduzido da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Além disso, a importação de equipamentos para o setor passa a ser livre de tributação.



Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares o apoio necessário à aprovação de audiência pública de que participem os envolvidos nas controvérsias e estudiosos da Contabilidade do Setor Petrolífero, para que possamos esclarecer qual o valor da efetiva renúncia de receitas do texto aprovado.

Líder da Minoria na Câmara dos Deputados (PT/CE)